Sobre arqueologia e gênero: perspectivas transfeministas

Nina Acacio[1] 0000-0002-7515-1044
[1]Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, RS, Brasil. 91509-900 – ppgas@ufrgs.br

Resumo: *Nesse artigo, discuto como a ciência arqueológica tem refletido sobre as categorias de gênero, explorando as dinâmicas entre normatividade e contestações a partir das produções brasileiras sobre a temática (eventos, dissertações e teses). A partir desse material, discorro sobre três divisões na abordagem utilizada na área: 1) Reinvenções do feminino na Arqueologia; 2) Crítica Feminista na Arqueologia; e 3) Queerizando a Arqueologia. As reflexões tensionam a forma como a ciência arqueológica tem compreendido as transgeneridades e a cisgeneridade a partir das categorias como gênero, sexualidade e tempo. Ao mapear parte dos processos que originam essa divisão, busco argumentar que tais posicionamentos estão imbricados a uma política das representações na Arqueologia.*
Palavras-chave: *Arqueologia brasileira; transfeminismo; gênero; cisgeneridade; ciência.*

On Archaeology and Gender: Transfeminist Perspectives
Abstract: *This article aims to discuss how archaeological science has reflected on gender categories, exploring the dynamics between normativity and contestations based on Brazilian productions on the subject (events, dissertations and theses). Based on this material, I discuss three divisions in the approach used in the area: 1) Reinventions of the feminine in Archaeology; 2) Feminist Criticism in Archaeology; and 3) Queerizing Archaeology. The reflections tension the way archaeological science has understood transgender and cisgender people based on the categories of gender and sexuality. By mapping part of the processes that give rise to this division, I seek to argue that such positions are intertwined with a politics of representations in Archaeology.*
Keywords: *Brazilian Archaeology; Transfeminism; Gender; Cisgender; Science.*

Sobre arqueología y género: miradas transfeministas
Resumen: *Este artículo tiene como objetivo discutir cómo la ciencia arqueológica ha reflexionado sobre las categorías de género, explorando la dinámica entre la normatividad y las contestaciones basadas en las producciones brasileñas sobre el tema (eventos, disertaciones y tesis). Con base en este material, discuto tres divisiones en el enfoque utilizado en el área: 1) Reinvenciones de lo femenino en arqueología; 2) Crítica feminista en arqueología; y 3) Queerización de la arqueología. Las reflexiones tensionan la forma en que la ciencia arqueológica ha comprendido a las personas transgénero y cisgénero con base en las categorías de género y sexualidad. Al mapear parte de los procesos que dan lugar a esta división, busco argumentar que tales posiciones están entrelazadas con una política de representaciones en arqueología.*
Palabras clave: *Arqueología brasileña; Transfeminismo; Género; Cisgénero; Ciencia.*

Preâmbulo: Arqueologia, Ciência e Gênero debatendo algumas tensões

Há um certo tempo, me incomodo com a Arqueologia. Essa questão gira em torno de um passado longínquo e quase inacessível que a definiria, ou mesmo que lhe é instituído como um

definidor. Esse passado, que cabe ressaltar, aqui, é constituído de ideias eurocêntricas, brancas, masculinistas e cisgêneras, é colocado – enquanto ciência detentora de verdades parciais (ponto fulcral de sua constituição e de sua crítica) – como objeto central de seus estudos e do modo de operação de suas análises e posicionamentos (Gavin Lucas, 2004). Como apontam Beatriz Thiesen e Martial Pouguet (2018), essa construção tem seus alicerces na definição da própria prática arqueológica e seu arranjo perante múltiplas disputas acerca de seu objeto, definição e/ou interesse, produzindo uma anunciada e exaustivamente comentada *crise de identidade*[1] na Arqueologia.[2] A interdisciplinaridade de um campo, ligado em parte às ciências naturais em seus múltiplos aspectos metodológicos e teóricos, mas também centrado em discussões das ciências humanas e sociais, põe em voga uma pressuposição de objetividade a ser alcançada em troca de uma ideia de rigor científico e fuga das anacronias[3] que seriam necessárias para que um alicerce mais sólido seja possível.

Essa tal *crise de identidade* da Arqueologia não é meu enfoque neste texto, mas é um assunto discorrido por diferentes autorias nos últimos anos e aplicado ao modo de investigação e de fazer arqueológico a partir de um posicionamento crítico acerca dele (Reis, 2010; Felipe Tramasoli, 2024; 2020; Lara Passos, 2017; 2019; Natália Fraga, 2020; 2017), ou como intrínseco a determinados contextos arqueológicos sobre populações e perspectivas não hegemônicas (Adara Guimarães de Souza, 2021; Silva, 2020; 2018; Adriana Fraga da Silva; Lindaiara Tonelli, 2023; Lívia Radane, 2024; Luciana de Castro Nunes Novaes, 2017; Patrícia Marinho Carvalho; Rossano Lopes Bastos, 2024; Carvalho; 2018; Vanessa Costa, 2020; Yasmin Silva, 2021). Tais movimentos colocam em perspectiva como têm se construído, em comunicação com diferentes outras ciências, e sendo utilizados conceitos sobre óticas de vida, produção e corporalidades e, consequentemente, são criadas interpretações científicas a partir de uma matriz moderno-ocidental. É importante demarcar que esses movimentos reverberam em diferentes caminhos nos modos de fazer arqueologia, que ganham suas próprias nomenclaturas: Arqueologia Comunitária; Arqueologia Pública; Arqueologia Etnográfica, Arqueologia Quilombola etc. Cito esses exemplos porque eles constituem um léxico importante para a discussão que introduzo nesse texto: como gênero, em especial a partir de uma leitura e crítica transfeminista que realizo, vem se apresentando na arqueologia brasileira[4] nesse intenso processo de especialização da área e de politização da ciência.

Os conflitos que giram em torno de enfoques e teorias trouxeram uma reinterpretação de concepções já calcificadas na Arqueologia Brasileira. Em conjunto às perspectivas teórico-políticas que o debate pós-processualista[5] trouxe para a Arqueologia a partir de 1980, tais conflitos remodelaram concepções, em especial com a profundidade discursiva das práticas pós-coloniais e decoloniais dentro da ciência arqueológica, mas também no pensamento social latino-americano. Assim, perspectivas sobre as relações de gênero e sexualidade de populações pré-coloniais, ou mesmo contemporâneas, seguiram esse mesmo caminho.

Essa virada teórico-conceitual foi acompanhada da fixação de um campo vasto de possibilidades interpretativas para as produções sociais do passado enquanto uma categoria disputável. Talvez, seja interessante pensar que uma arqueologia de gênero/sobre gênero foi possível de ser incorporada a um debate mais amplo sobre a prática profissional, como também

[1] Utilizo, ao longo do texto, expressões em itálico para indicar títulos de trabalhos, neologismos e expressões de uso mais restrito à arqueologia (quando pensadas como conceitos), como também títulos de obras e seções.

[2] Para situar as pessoas leitoras, essa *crise de identidade* é um importante aspecto para compreendermos o porquê de uma revisão crítica do uso/ou não de certos conceitos na Arqueologia, uma vez que os questionamentos oriundos desses movimentos são, em sua maioria, tidos como 'fugitivos' do que seria o fazer arqueológico. Usando outras palavras, falar de cisgeneridade, binaridade e diversidade estaria fugindo do seu escopo e construindo anacronias interpretativas e enviesando pesquisas.

[3] Aqui, faço referência a um episódio em específico que ilustra um certo posicionamento de pessoas na arqueologia que, contrárias aos debates, indicam que as reflexões acerca de gênero, em especial quando aliadas à teoria queer, constroem anacronias interpretativas sobre o passado. Desse modo, em uma aula gravada e disponibilizada no YouTube, um arqueólogo e professor, ao apresentar perspectivas sobre teorias pós-processuais na área, descreve análises a partir da teoria queer, ou "teoria dos transgêneros e dos LGBTQ+" (expressão por ele utilizada), como simétricas e que operam a partir de uma "transversalização dos conceitos como homofobia, patriarcado". Essa forma de fazer arqueologia passa a ser pensada a partir de uma "arqueologia da pós-verdade". O que me interessa é pensar que, como ao longo desse texto eu venho discutindo, para a crítica que recai sobre a crítica feminista/transfeminista/queer, um discurso de anacronia e de uma suposta modernidade, algo que não é realizado para ideias sexo biológico, heterossexualidade, homem, mulher, entre outras. Assim, a quem cabe a figura da anacronia?

[4] Minha perspectiva de pensar Arqueologia Brasileira está situada em entender pesquisas realizadas no Brasil como importantes na construção de um modo de pensar, fazer e praticar arqueologia.

[5] Em linhas gerais, a Arqueologia Ocidental é subdivida de modo heurístico e, porque não dizer, teórico-pedagógico, em correntes teórico-históricas, sendo elas o Histórico-Culturalismo, Processualismo e o Pós-processualismo as suas principais. O Pós-processualismo, como seu nome já diz, é uma resposta às postulações levantadas pela sua corrente antecessora (*Nova arqueologia* ou processualismo). Tal corrente, em uma resposta direta às concepções da *Nova Arqueologia* – surgida nos anos 1960 e sua proximidade com a antropologia, teoria dos sistemas e neoevolucionismo –, buscava aproximar a chave interpretativa às leituras arqueológicas, aproximando-se do marxismo e da fenomenologia.

Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 34(3): e111945
DOI: 10.1590/1806-9584-2026v34n3111945

sobre disputas epistemológicas. As produções são diversas e passam a problematizar diferentes formas de mulheridades e representações sobre gênero; entretanto, há uma dissonância necessária de ser pontuada: a cisgeneridade pouco é vista como uma categoria importante de análise. É a partir dessas disputas sobre definições, objetos e sujeitos, que categorias como gênero e sexualidade tornam um campo de posicionamentos epistemológicos, de linhagens acadêmicas e de especialização da arqueologia um tanto mais complexo ao tensionarem o tido como natural, mas também a relação mais ampla de modos de fazer-ciência.

O incômodo que relato é fruto de uma incorporação de debates do transfeminismo na arqueologia, como aqueles apontados por Violet Baudelaire Anzini (2021a; 2021b), e das teorias *queer*. Mas, também é fomentado pela presença de uma crítica mais precisa sobre como a arqueologia brasileira tem se postulado – do que se pode pensar como um movimento mais amplo nas ciências humanas – em alinhamento às teorias pós-coloniais, decoloniais e contracoloniais. A proposição em questão, construída a partir de uma análise (bibliográfica e bibliométrica) ainda em construção, pretende discorrer sobre uma forma de analisar as publicações[6] (em periódicos científicos, teses e dissertações) nas temáticas de gênero e sexualidade na arqueologia brasileira, a partir de um olhar transfeminista. Assim, concentro meus esforços perante perspectivas transfeministas, em especial latino-americanas, sobre como se inserem no debate arqueológico categorias centrais dos movimentos intelectuais de pessoas trans: cisgeneridade; transfeminismo e mulheridades – como também aqueles ligados à arqueologia: tempo, passado, entre outros. Assim, pretendo construir não apenas um olhar crítico sobre as produções acerca de gênero e sexualidade, mas também discorrer sobre como os estudos queer se inserem em movimento profundo na expansão conceitual da área (a partir de uma série de estudos produzidos nos últimos 10 anos) considerando, de todo modo, a pluralização de sujeitos produtores de conhecimento na arqueologia e sua redefinição, como também uma *ótica de eventos.*[7]

Com meu objetivo exposto (muito mais centrado em uma proposição analítica e crítica inicial), estruturo esse artigo em três eixos, nos quais apresentarei parte do meu material de pesquisa, uma breve discussão e alguns posicionamentos sobre o fazer arqueológico permeado de uma dinâmica subjetiva de aproximações e distanciamentos. Assim, em "Um método arqueológico de crítica transfeminista", teço uma rede de comentários sobre o que venho considerando como um método de produção de tensionamentos e cisões com uma perspectiva hegemônica, masculinista e cisgênera na Arqueologia. Em "Atravessando perspectivas", discorro sobre o material que auxilia a argumentação do artigo em questão: o levantamento bibliográfico, ainda em produção, sobre gênero e sexualidade em Arqueologia no Brasil. "Afinal, como se corporifica a Arqueologia no Brasil?" é o questionamento que guia a pretensa 'escavação'[8] que realizo a partir de uma classificação 'arbitrária' em três *tradições*[9] que discutem o campo teórico do debate de gênero: 1) Reinvenções do feminino na Arqueologia; 2) Crítica Feminista na Arqueologia; e 3) *Queerizando* a Arqueologia. É importante salientar que o artigo em questão trata de uma pesquisa em produção e que as *tradições* que construo são interpretações possíveis para o escopo do trabalho. Aqui, opto por utilizá-las como um fio condutor para um debate que tem como premissa um adensamento futuro.

Em suma, apresento nesse texto, como argumento principal, que, além do já exposto por outras pessoas trans e travestis na Arqueologia, há um processo necessário de realização na revisão e sistematização de uma (existente e futura) produção trans e travesti nessa ciência. E, para isso, compreendo que um olhar sobre como se representa gênero é imprescindível. Desse modo, a abordagem realizada busca lançar questionamentos, realizar alianças e vislumbrar uma possibilidade de fazer arqueológico que compreenda uma dita neutralidade da cisgeneridade como ponto fulcral de uma crítica transfeminista.

Um método arqueológico de crítica transfeminista

[6] É importante salientar que o artigo é fruto de uma pesquisa, em andamento, de maior escopo, sobre o material bibliográfico apontado, mas que tratará resultados parciais de uma das etapas: levantamento de teses e dissertações defendidas em Programas de Pós-Graduação brasileiros.

[7] Parte de minha argumentação nesse artigo parte da ideia de que houve determinados eventos que foram importantes para que certas mudanças ocorressem.

[8] Ao longo do texto, utilizo aspas simples para indicar palavras utilizadas fora do seu contexto usual e expressões e jargões da Arqueologia. Entendo que o emprego desse material torna os tensionamentos mais instigantes para pessoas leitoras da área, mas também dialoga com um conhecimento leigo sobre o fazer arqueológico, aspecto esse que está intimamente relacionado a tal *crise de identidade* que movimenta minhas reflexões.

[9] Ao utilizar 'tradição', faço referência a um modo de caracterizar estilos cerâmicos e líticos muito difundido no Brasil e também muito criticado. Assim, objetos cerâmicos e líticos são categorizados de acordo com características que os agrupam em conjuntos a partir, muitas vezes, de caráter arbitrário. A classificação de materiais em tradições possui diversas críticas, como a homogeneização que tal prática gera nas interpretações e sua ênfase em aspectos mais materiais e menos simbólicos, interpretativos ou mesmo sociais.

A discussão a partir de perspectivas feministas na arqueologia, e/ou voltadas a uma perspectiva em que as categorias de gênero têm certo enfoque, não é uma novidade. Desde os anos 1990 (com maior profusão e difusão), algumas pesquisas fora e dentro do Brasil apresentam análises sobre os papéis de gênero a partir do contexto arqueológico. Um dos textos mais importantes dentro desse rol de 'novidades' é o publicado pela arqueóloga Tânia Andrade Lima, em 1997, nos *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, com o título de "Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista". Nesse artigo, a autora explora o "ritual do chá"[10] a partir de fragmentos de louças presentes no registro arqueológico e de uma pesquisa ampla ligada a fontes literárias. Desse modo, Lima apresenta as características desse "ritual" nas classes médias do Rio de Janeiro oitocentista. A partir desse momento, em aliança a muitos outros trabalhos, um olhar direcionado às questões de gênero (utilizado como um englobante para uma diversidade de temáticas e formas de abordá-las) toma forma na arqueologia brasileira, com maior espaço na arqueologia histórica (Lima sendo uma de suas grandes defensoras).

Essa breve historieta, ou tentativa de demarcar um certo princípio, me serve de trampolim para uma questão mais instigante: como se relacionam conceitos como gênero, racialidade e sexualidade a partir de dadas corporalidades. Como já preconiza Donna Haraway nos anos 1980,[11] os saberes produzidos se localizam a partir de óticas de mundo específicas e que devem ser entendidas como partícipes da construção da ciência. Se Lima, por um lado, está atenta para a questão de gênero e seus papéis nos anos 1800 no Rio de Janeiro a partir de uma defesa de um 'limite temporal da arqueologia', para Whitney Battle-Baptiste (2016), por exemplo, o olhar se dá para a especificidade da racialidade na construção de ideias sobre corpos ditos femininos. Assim, lanço o questionamento: como isso acontece a partir de um corpo trans e travesti?

Ao encontro de outres[12] colegas (Anzini, 2021c; Shay Rodríguez; Fábio Goulart, 2022; Rodríguez, 2019; Gabby Hartemann, 2019), estou produzindo um olhar acerca de certo fazer científico procurando suas brechas, falhas e possibilidades, em conjunto à experiência de uma epistemologia que é construída a partir de outros saberes e experiências (Patricia Hill Collins, 2018; Grada Kilomba, 2019; Silvana Nascimento, 2022; Maria Clara de Araújo Passos, 2022). Esse olhar, direcionado para as formas de produzir ciência que se constituem a partir dos nossos posicionamentos e dos nossos marcadores sociais da diferença, é um importante mobilizador que se articula na crítica feminista e sua influência no debate que faço, principalmente a partir das teorizações do feminismo negro estadunidense (Collins, 2018; bell hooks, 2019), mas também dos estudos pós-coloniais (Avtar Brah, 2006; Gayatri Chakravorty Spivak, 2008) e latino-americanos (Gloria Anzaldúa, 2000; Lélia Gonzalez, 2020). O lugar da política das representações na arqueologia me parece um grande emaranhado de relações ainda um tanto quanto velado e que condiciona uma perspectiva, em sua maioria, idealizadora de um passado hegemonicamente branco, cisgênero e heterossexual (tema esse já tratado por Loredana Ribeiro, Bruno Sanches Ranzani da Silva Formado, Sarah Schimidt e Passos, 2017).

Apresento uma certa contradição aqui, já que, ao demandar atenção a questão de gênero na arqueologia como algo que vem sendo feito, também levanto direcionamentos ao seu contrato com a normatividade (cisgênera e heterossexual). O jogo me parece um tanto complexo, já que, na Arqueologia Brasileira, o questionamento sobre as anacronias direcionadas para as categorias de gênero e sexualidade em contextos não contemporâneos é um tanto recente.[13] A discussão é composta de matizes, sem dúvidas, porque trago um holofote não exclusivamente para a presença de temática nas publicações ou na produção de conhecimento, mas em como ela se articula, quais formas de representação são eleitas como possíveis e a partir de quais lentes essas interpretações se tornam 'verdades'. Hartemann (2019), em um exercício similar com o que faço aqui, lança questões importantes para o desenrolar dessa problemática, já que, para elu, situa-se na chave interpretativa, utilizada para analisar arqueologicamente algo (seja o passado ou não), a centralidade de uma série de anacronismos e de posições que colocam pessoas trans na condição de 'anomalia'.

Para Hartemann, a crítica *queer* traz um fôlego importante para a forma como a Arqueologia tem encarado a diversidade sexual e de gênero:

> [...] as críticas feminista e *queer* revelam-se fundamentais para um movimento de revisão dos discursos da arqueologia sobre gênero, sexo, corporalidade, ao evidenciar as múltiplas projeções das categorias modernas ocidentais para perceber os seres, seus corpos e suas relações nas interpretações dos passados e das pessoas não-modernxs e não-ocidentais (Hartemann, 2019, p. 102).

[10] Emprego aspas duplas para indicar citações de expressões ou trechos curtos de textos.
[11] Texto publicado originalmente em inglês na década de 1980 e em português em 1995.
[12] Utilizo, neste texto, em determinados momentos, expressões em linguagem neutra de gênero com o uso dos artigos 'e' ou 'ie' no singular e plural, como, também, o uso de palavras não generificadas como 'pessoas'.
[13] Em outra seção desse texto, descrevo com mais precisão esse ponto, mas, de modo geral, os 'artigos fundadores' dessa empreitada datam de 2017 e a primeira publicação de dossiê em periódico ocorreu em 2019.

Assim, as críticas feministas e *queer* são vistas em uma política de alianças, em um certo movimento de estremecer certezas, mas também de apontar caminhos possíveis. Entendo que seja importante demarcar as diferenças presentes entre essas duas correntes, que têm trajetórias interligadas, mas se corporificam por perspectivas próprias. Ao se tratar de arqueologia e transfeminismo, é importante salientar a forma como o debate sobre pessoas trans e travestis acaba sendo incorporado: a partir de uma perspectiva *queer* e aliada às políticas de representação das sexualidades. Gênero e Sexualidade entram na arqueologia, a partir de um olhar que nega a universalidade da cisheteronormatividade, ora em conjunto ora separados.

É importante salientar que o campo de uma *Arqueologia Queer* é um aporte para um debate mais amplo sobre representações que fujam das binaridades, mas não resolve todos os problemas, até porque não tem esse princípio. Diferentes autorias (Khala Anderson de Oliveira Gomes; Natália de Oliveira Tavares; Newan Acacio Oliveira de Souza [ACACIO, Nina], 2019; Arkley Bandeira, 2019)[14] apontam o lugar da crítica que uma perspectiva *queer* traz em ser tensionadora, questionadora e construtora de uma política de enfrentamentos. Gomes, Tavares e Acacio [Souza] (2019) apontam para a improdutividade da criação de mais um campo especializado na arqueologia, já que isso delegaria a solução dos 'problemas' para aquelas pessoas que os levantaram. Assim, caminharíamos novamente para algo que intelectuais negres e indígenas apontam há muito tempo: o entendimento da hegemonia como lugar da neutralidade. Desse entremeio, algo desponta: será que um olhar sobre gênero na arqueologia não estaria encarando a cisgeneridade como algo neutro?

A neutralidade é algo que precisa ser encarado como um aspecto relacional, já que um olhar sobre o gênero vai se responsabilizar por esmiuçar quais as condições em que se produzem as interpretações e, consequentemente, as formas de interpretar. Dito de outro modo, muitas das pesquisas preocupam-se com gênero e outros marcadores sociais da diferença, mas optam por não entender a cisgeneridade enquanto um marcador importante dentro das dinâmicas vistas. Uma perspectiva transfeminista mais do que preocupada com a representação da transgeneridade está também pensando na importância de evidenciar a demarcação da própria cisgeneridade. Para Beatriz Bagagli (2013), situa-se nesse entendimento do pensamento transfeminista o seu cerne: uma política de atravessamentos e de enfrentamento da própria ótica normatizadora e normalizadora que lhe é atribuída.

As ideias de *mulheridades* e *feminilidades*, como levantadas por Letícia Nascimento (2021), nos colocam uma outra importante questão: sobre qual prisma estamos inserindo as representações sobre o dito *feminino* na arqueologia. A autora, hoje expoente do que entendemos como Transfeminismo no Brasil – movimento esse que Thiago Coacci (2014; 2018), Jesus (2014) e Hailey Kaas (2016) auxiliam a mapear –, nos propõe repensar ideias cristalizadas sobre os corpos e a essencialidade das experiências de gênero a partir de óticas genitalistas, estereotipadas e normativas. Em sua proposta, ela diz que

> [...] utilizo o termo 'mulheridades', e não 'mulher', no singular, para demarcar os diferentes modos pelo quais podemos produzir estas experiências sociais, pessoais e coletivas. Além disso, a ideia também é conferir movimentos de produção, visto que o termo 'mulher' pode sinalizar algo que se é de modo essencial. Nesse sentido, o termo 'mulheridades' aponta para os processos de produção social dessa categoria. Por sua vez, o termo 'feminilidades' é uma categoria usada de forma a entender os modos pelos quais sujeitas dentro do feminismo dialogam com o que o imaginário social determina como 'feminino', e que, a partir desse roteiro cultural, produz criações e subversões (Nascimento, 2021, p. 25).

O trabalho de Nascimento dá enfoque à ideia de *feminilidades* e *mulheridades*, sendo que já faz parte de sua proposta uma sistematização do que é o transfeminismo. Entretanto, a concepção de transfeminismo aqui utilizada é mais abrangente e se alia ao que vem sendo questionado por intelectuais transmasculinos e pessoas não bináries: quem é o sujeito/e do transfeminismo? Intelectuais como Cauê de Moura Assis (2021), Bruno Latini Pfeil, Benî Milanski e Nicolas Pustilnick (2024), Cello Latini Pfeil (2024), Leonardo Morjan Britto Peçanha, Anne Alencar Monteiro e Jaqueline Gomes de Jesus (2023) apontam para questões outras acerca dos feminismos que necessitam ser esmiuçadas sobre quem seria sujeito exemplar ou de direito.

Utilizo, aqui, como movimentador importante, as categorias desenvolvidas por Nascimento (2021), já que boa parte da produção acerca de gênero na arqueologia se constrói a partir de uma política de representações sobre o *feminino*. Sobre essa questão, é importante salientar que existe um número bem pequeno de pesquisas em Arqueologia no Brasil, por exemplo, que se debruçam sobre as ideias de *masculinidades* (Fernanda Codevilla Soares; Clarice Linhales de Amorim; Will Lucas Silva Pena, 2019; Liza Bilhalva; Marta Bonow Rodrigues, 2018). A maioria delas, inclusive, realizada por pesquisadores LGBTQ+, sendo Shay Rodriguez (2019; Rodriguez; Goulart, 2021) intelectual de destaque (com trabalhos aqui já citados). A crítica que realizo situa que o

[14] É importante demarcar que o texto em questão foi publicado antes da minha retificação de nome e gênero; por essa razão, a referência à publicação se encontra desse modo.

homem, na maioria das pesquisas, é tido como sujeito universal e de direito, corroborando, assim, as ideias de Marylène Patou-Mathis (2022). Portanto, o *masculino* é constituído da neutralidade e não situado em um processo constitutivo de um sistema sexo-gênero (Gayle Rubin, 2017) que predispõe sua onipresença, desse modo, as interpretações sobre outras sociedades passam a ser imbuídas desse olhar sem o processo crítico e relativização necessários.

Em linhas gerais, o *método arqueológico transfeminista* que proponho é um esboço de uma discussão mais ampla, e também miúda, acerca da política das representações sobre a transgeneridade na arqueologia (questão essa levantada por outres colegas). O modo de compreender, que levanto como importante, situa-se em dar enfoque à cisgeneridade como uma questão 'não trabalhada', mas que se materializa na pesquisa arqueológica e define caminhos a serem seguidos. Um método arqueológico transfeminista está implicado em apontar as lacunas e provocar fissuras a partir de diálogos desconfortáveis: a questão de gênero e dos feminismos na arqueologia (questões que levanto com maior amplitude em "Afinal, como se corporifica a Arqueologia no Brasil?").

Atravessando perspectivas

Ao prometer atravessar perspectivas, estou me aliando a uma série de pesquisas que já vem problematizando os processos de representação e de teoria na Arqueologia Brasileira. Desse modo, aponto para um modelo possível de interpretação sobre a cisgeneridade e sobre as óticas constituintes de um campo na arqueologia. Em *Não pensa, muito que dói,*[15] José Alberione dos Reis (2011) já realizava um exercício acerca de como a teoria arqueológica pautava seu processo de constituição nestas terras baixas da América do Sul. Exercício similar foi produzido, anos depois, por algumas outras pessoas arqueólogas e apontava para outro problema: as *mulheridades* na arqueologia e no seu ensino como profissão. As pesquisas desenvolvidas por Fraga (2019; 2020; 2024) e Passos (2017a; 2017b; 2019) auxiliam a pensar como as ideias de *mulheridade* e gênero são apresentadas pela arqueologia. Para Fraga, a partir das representações oriundas das pesquisas em arqueologia; já, para Passos, perante o uso e lugar das obras escritas por mulheres no ensino desse ofício.

Os panoramas sobre "quem faz arqueologia no Brasil" têm surgido por diferentes frentes. Relacionam-se com um cenário de expansão do campo de conhecimento com os novos cursos de graduação e pós-graduação e a presença de sujeitos 'diferentes' fazendo ciência: mulheres negras, pessoas indígenas, pessoas LGB+ e pessoas trans e travestis (ainda em pouco número). Assim, trabalhos como "A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico" (Ribeiro; Formado; Schimidt; Passos, 2017) ou "Quem somos nós? Ou perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil: primeiras aproximações" (Meliam Viganó Gaspar *et al.*, 2020) e a dissertação de mestrado "Se o GPS falasse… reflexões sobre violências de gênero nos espaços de formação e trabalho das arqueólogas brasileiras" (Marina da Fonseca Lopes, 2023) tornaram-se possíveis. Esse movimento de autoanálise propicia um olhar para questões que se destrincham enquanto uma política de atravessamentos importantes para acusar quando necessário e propor possibilidades de alianças quando assim for possível.

O meu exercício é inspirado tanto metodologicamente quanto teoricamente nos trabalhos aqui citados, mas meu olhar parte de uma experiência pela arqueologia que perpassa a minha própria corporalidade travesti. Situo-me como Hartemann (2019), entendendo a minha participação nas discussões sobre cisnormatividade no campo arqueológico como necessária para possibilitar existências: minhas, de outras pessoas e de lampejos sobre o passado que sejam menos *cis*. Assim, realizei e aqui apresento uma tabulação e organização das produções realizadas em periódicos brasileiros e Programas de Pós-Graduação (PPG). A partir do ano de defesa, autoria, região sede do PPG, passei a realizar um diagnóstico inicial sobre o que vem sendo pensado acerca da hegemonia da cisgeneridade, aqui entendida por mim como um modo de pensar a transgeneridade e vice-versa. Friso que esse processo foi realizado a partir da leitura de títulos, resumos, palavras-chave, lista de referências e sumário de cada um dos trabalhos.

A tabela e outros elementos gráficos dessa seção demonstram parte desses resultados e demarcam o trajeto que realizei. Esse é um levantamento falho, incompleto, não o direciono ou lhe caracterizo como preciso. Sua natureza parte dos desencontros que os próprios repositórios possuem (e que entendo que possibilitariam a escrita de outro artigo quase por inteiro). São sites que não abrem, palavras-chave que não têm resultados e em outros momentos resultados até demais, que demonstram mecanismos de busca falhos, repositórios desatualizados e tantos outros fatores. Mas, no meio disso, me deparo com um total substancial de pesquisas que, de algum modo, interseccionam o eixo principal dessa empreitada: Gênero e Arqueologia.

Ao todo, foram 34 dissertações e teses encontradas a partir de uma pesquisa no Catálogo da CAPES, na bibliografia pesquisada e nos sites e repositórios institucionais de PPGs da Área de

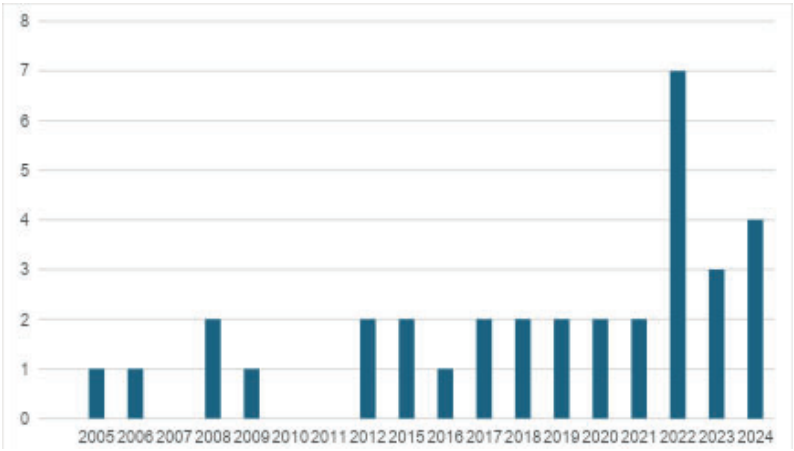
[15] O livro publicado em 2011 tem como origem o trabalho realizado pelo autor em sua tese de doutorado, defendida no início dos anos 2000.

Arqueologia/Antropologia. Além desse mergulho através do acervo da CAPES, outros trabalhos foram inseridos na amostra, já que, pela pesquisa no Repositório, não eram encontrados. Faço essa inserção entendendo que há uma multiplicidade de fatores que fazem com que esses trabalhos não estejam aparentes, como sua presença em áreas afins, como a História, ou mesmo por não se definirem enquanto trabalhos de *Arqueologia de Gênero*,[16] mas em que os estudos das relações de gênero são primordiais para a construção de um entendimento da própria arqueologia como menos segmentada. O **Quadro 1**, de forma sintética, apresenta os resultados gerais do levantamento bibliográfico de teses e dissertações.

São importantes alguns breves comentários sobre o material exposto. A pesquisa de teses e dissertações foi realizada em dois períodos distintos. Entre setembro de 2024 e janeiro de 2025, utilizei as palavras-chave 'arqueologia' e 'gênero' na busca temática da área de Antropologia/Arqueologia no catálogo da CAPES. O material final sofreu poucas alterações de uma pesquisa para a outra. Foi possível perceber a inexatidão da pesquisa realizada, já que algumas dissertações foram inseridas de forma manual (a partir do meu conhecimento da existência do trabalho).

Os gráficos a seguir apresentam dois aspectos importantes da amostra: sua dispersão temporal e geográfica. No quesito distribuição temporal (**Figura 1**), é evidente a maior concentração de pesquisas a partir de 2012, mostrando uma constância de teses e dissertações defendidas anualmente, como também um possível aumento nos últimos três anos. Tal aumento não tem explicações evidentes, mas podemos delinear uma possibilidade, como a pandemia de Covid-19, que alargou os prazos de defesa de muitos trabalhos. Múltiplos fatores podem dar sentido a essa mudança, mas, antes, o levantamento a partir da dispersão geográfica no país (**Figura 2**) tem de ser ponderado. Foi evidente uma distribuição geográfica heterogênea, já que mais de 3/4 das pesquisas foram defendidas em PPGs sediados em universidades do eixo Sul-Sudeste. A região Nordeste também apresentou um número expressivo de trabalhos ((8) oito trabalhos), seguida da região Norte, com apenas (1) um trabalho. A Região Centro-Oeste não foi representada na amostra. Os gráficos a seguir apresentam essa narrativa de forma visual e nos colocam alguns questionamentos.

Figura 1 – Gráfico de Distribuição de Teses e Dissertações de acordo com o ano de Defesa



Fonte: Elaborado pela autora (2025).
#PraTodoMundoVer Gráfico em barras. No eixo X, os dados se distribuem a partir do ano de publicação/defesa dos trabalhos nos repositórios (indo de 2005 a 2024). No eixo Y, o gráfico informa a quantidade de trabalhos (indo de 0 a 8).

Quais razões levam a esses números? Em quais contextos é possível que essas pesquisas surjam? Tenho algumas breves colocações que podem responder parcialmente a tais perguntas: 1) A grande concentração geográfica se delimita pela presença de PPGs de Arqueologia/Antropologia nas determinadas regiões, já que a região que não registrou nenhum resultado não possui PPG exclusivo de Arqueologia ou com linha de formação na área;[17] 2) O histórico de pesquisas já consolidado no eixo Sul-Sudeste, em especial para os PPGs da Região Sudeste, que têm maior tempo de fundação, traz um escopo maior de possibilidades numéricas da

[16] Faço referência a um subcampo da ciência arqueológica. A maioria dos trabalhos selecionados se define como trabalhos sobre gênero, entretanto, alguns fazem uma intersecção com outros subcampos como Arquitetura, Patrimônio ou Paisagem. Por essa razão, tais trabalhos são definidos por suas autorias como pertencentes a outros temas.

[17] Na região Centro-Oeste, a PUC-GO oferta uma graduação em Arqueologia e um curso de pós-graduação em História com a presença de docentes em Arqueologia, mas, na pesquisa, não obtive resultados de trabalhos que se encaixassem nos parâmetros produzidos.

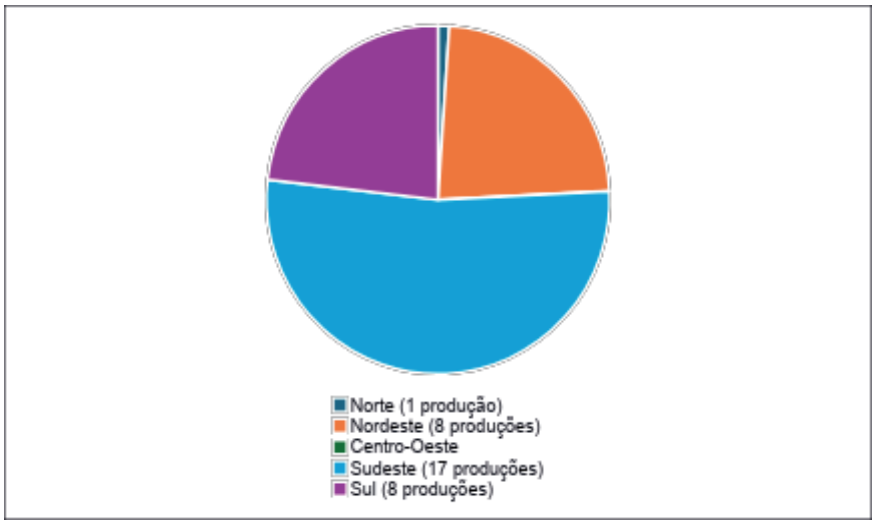
Quadro 1 – Resultados de busca por "Arqueologia" e "Gênero" no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES

Tipo	Ano	Autoria	Título	PPG	Área	IES	UF
Dissert.	2005	Maria Angélica Rodrigues De Souza	Tecendo Mensagens Numa Trama Bem Urdida: As Mulheres Atenienses.	PPGHC	História	UFRJ	RJ
Dissert.	2006	Paula Falcão Argôlo	'Imagens' Da Família Nos Contextos Funerários: O Caso De Atenas No Período Clássico	PPGArq	Arqueologia	USP	SP
Tese	2008	Glaucia Aparecida Malerba Sene	Iindicadores De Gênero Na Pré-História Brasileira : Contexto Funerário, Simbolismo E Diferenciação Social - O Sítio Arqueológico Gruta Do Gentio II, Unaí, Minas Gerais	PPGArq	Arqueologia	USP	SP
Dissert.	2008	Eliana Möller Escórcio	Pescadores-Coletores Do Litoral Do Estado Do Rio De Janeiro - Um Olhar De Idade E Gênero	PPGArq	Arqueologia	MN/UFRJ	RJ
Tese	2009	Marina Regis Cavicchioli	A Sexualidade No Olhar: Um Estudo Da Iconografia Pompeiana	PPG História	História	Unicamp	SP
Dissert.	2012	Danúbia Valéria Rodrigues De Lima	Sobre Morte E Gênero: Uma Análise Dos Papéis De Gênero No Contexto Funerário Dos Sítios Justino-Se E Furna Do Estrago-Pe	PPGArqueologia	Arqueologia	UFPE	PE
Tese	2012	Karla Maria Fredel	Arqueologia De Gênero Nas Cidades De Pelotas/RS - Brasil E Habana/Vieja-Habana-Cuba - Século XIX.	PPG História	História	Unicamp	SP
Dissert.	2015	Marta Rodrigues Bonow	"A vida é um jogo para quem tem ancas": uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX	PPGAnt	Arqueologia	UFPel	RS
Dissert.	2015	Marina Fontolan	Arqueologia Subaquática E Questões De Gênero: Uma Leitura Pós Moderna	PPG História	História	Unicamp	SP
Dissert.	2016	Will Lucas Silva Pena	Negociando Gêneros com o Paralelo 60: Por Uma Genealogia Do Prestígio Antártico.	PPGAn	Arqueologia	UFMG	MG
Dissert.	2017	Nadia Carrasco Pagnossi	Arqueologia Da Prataria Mapuche: Gênero, Cosmovisão E Resistência	PROARQ	Arqueologia	UFS	SE
Dissert.	2017	Leticia Nornberg Maciel	"Tem Lamentos Desses Negros Que Foram Enforcados Aqui": Estudo Arqueológico Da Praça Cipriano Barcelos (Pelotas, RS)	PPGAnt	Arqueologia	UFPel	RS
Tese	2018	Juliana Figueira da Hora	A cerâmica de figuras negras tasienses no contexto arqueológico: múltipla Ártemis e o feminino na Tasos arcaica	PPGArq	Arqueologia	USP	SP
Dissert.	2018	Camila Dos Reis	Da Arqueologia De Gênero E Sexualidade À Arqueologia Pública: Sobre As Representações Das Romanas'	PPG Profissional História Ibérica	História	UNIFAL	MG
Dissert.	2019	Rayane Aguiar Pimentel Silva	Arqueologia Funerária E Representações Sociais De Gênero No Cemitério Histórico De Santo Amaro (Recife 1851-1930)	PPGArqueologia	Arqueologia	UFPE	PE
Dissert.	2019	Lara de Paula Passos	ARQUEOPOESIA: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico	PPGAn	Arqueologia	UFMG	MG
Dissert.	2020	Vanessa Avila Costa	As Manifestações das Paisagens Ocultadas: Arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais	PPGAnt	Arqueologia	UFPel	RS
Dissert.	2020	Jocyane Ricelly Baretta	Uma arqueologia do inferno: misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)	PPGAnt	Arqueologia	UFPel	RS
Dissert.	2021	Danusa Vieira Freire Da Silva	Pessoas E Plantas Em Um Mundo De Pontas: Uma Crítica Feminista E Decolonial Aos Estudos De Povoamento Inicial Das Américas	PPGAnt	Arqueologia	UFPel	RS
Tese	2021	Lilian Panachuk De Sa	Gestando Potes E Pessoas: A Cerâmica Como Processo De Aprendizagem Do Sensível E Concreto	PPGAn	Arqueologia	UFMG	MG
Dissert.	2022	Debora Cristiane Blois Nascimento	Arqueologia Com Pipoca: Representações E Representatividade De Gênero E Raça No Cinema	PPGA	Arqueologia	UFPA	PA
Dissert.	2022	Lucas Santos Oliveira	Da Cerâmica Ao Corpo, Do Corpo Ao Gênero. Sepultamentos Com Vasilhames Do Sítio Justino	PROARQ	Arqueologia	UFS	SE
Dissert.	2022	Marina Duarte Sanchez	As Mulheres E Seus Funerais No Norte Da Gália Do Século VI	PPGHS	História	USP	SP
Dissert.	2022	Itelmar De Negreiros Oliveira	As Representações Sociais nos Discursos Científicos sobre os Registros Rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara: Uma Ecologia De Saberes Entre Análise Do Discurso Crítica, Feminismo Decolonial E Teoria Queer	PPArque	Arqueologia	UNIVASF	PI
Dissert.	2022	Gabriela Isbaes	Representações Femininas: Protagonismos, Subjetividades e Sociedades nas Pinturas de Pompeia	PPG História	História	Unicamp	SP
Dissert.	2022	Manuela Tuerlinckx Costa Valle	Ciclo De Vida No Contexto Sambaquieiro ? Um Estudo De Caso Feminista E Queer.	PPGAnt	Arqueologia	UFPel	RS
Dissert.	2022	Julia Xavier Barros	Uma Arqueologia da Heteronormatividade: Pensando a Sexualiadde Ocidental Através de seus Artefatos	PROARQ	Arqueologia	UFS	SE
Dissert.	2023	Caroline Pereira Teixeira	Roupa e moda como instrumento de controle do corpo da mulher: estudo da indumentária das representações tumulares do Campo Santo, Bahia (1850-1940)	PPGap	Arqueologia	UFRB	BA
Dissert.	2023	Marina Da Fonseca Lopes	Se O GPS Falasse... Reflexões Sobre Violências De Gênero Nos Espaços De Formação E Trabalho Das Arqueólogas Brasileiras	PPGAnt	Arqueologia	UFPel	RS
Dissert.	2023	Luis Fernando Rangel De Oliveira Mafra	Iconografia para a Decolonização sobre o Pensamento Andino: Um Estudo Interdisciplinar-Comparativo Da Cerâmica Sexual Moche Da Costa Norte Peruana, Entre Os Séculos I Ao VIII A.D.	PPGCH	nterdisciplina	UFVJM	MG
Dissert.	2024	Lucia Zanatta Brito	Espaço, Gênero E Controle Social: O Recolhimento Feminino De Santa Tereza De Itaipu, Niterói-Rj (1764-1815)	PPGArq	Arqueologia	MN/UFRJ	RJ
Tese	2024	Mariana Zanchetta Otaviano	Narrativas Desobedientes na Arqueologia: Uma Proposta De Interpretação Para As Estatuetas Das Estearias Do Maranhão	PPGArqueologia	Arqueologia	UFPE	PE
Dissert.	2024	Natalia de Oliveira Fraga	Na verdade, a realidade é muito mais confusa do que as dicotomias nos fazem supor: estudo sobre a arqueologia feminista e de gênero no Brasil	PPGAS	Antropologi a	UFRGS	RS
Dissert.	2024	Nadia Carrasco Pagnossi	As simbologias nas jóias e armas da Señora de Cao	PPGArq	Arqueologia	USP	SP

Fonte: Produzido pela autora (2025).

#PraTodoMundoVer Quadro que descreve os resultados do levantamento de teses e dissertações. O quadro possui oito colunas e 35 linhas. Cada linha foi preenchida com os dados de uma publicação. As colunas dividem as informações nas seguintes seções: tipo; ano; autoria; título; PPG (Programa de Pós-Graduação); área; IES (Instituição de Ensino Superior); UF (Unidade Federativa).

Figura 2 – Gráfico de Distribuição de Teses e Dissertações por Região da sede do Programa de Pós-Graduação (PPG)



Fonte: Elaborado pela autora (2025).
#PraTodoMundoVer Um gráfico em pizza distribui a amostra pela dispersão nas regiões brasileiras. A legenda abaixo informa as divisões: as regiões são representadas pelas seguintes cores: azul escuro (Norte); laranja (Nordeste); verde (Centro-Oeste); azul (Sudeste); roxo (Sul).

temática ser elegida como possível. Mas, ainda assim, podemos pensar que um aumento foi registrado nos últimos anos e que isso indicaria, possivelmente, uma continuidade de interesse nas temáticas. O que causaria isso? As questões continuam as mesmas? As pesquisas tratam das mesmas bases? Existiriam lugares, universidades e orientações mais propensas a temáticas 'não usuais' na Arqueologia?

As concentrações institucionais, geográficas e temporais nessa etapa levantam questionamentos, mas também direcionam, em soslaio, algumas considerações importantes para minha interpretação. Há nesses dados um caminho de pormenores, eventos e possibilidades materiais de se pensar como as discussões sobre gênero na Arqueologia vêm se delineando. A presença de novos PPGs, como também os eventos e dossiê temáticos,[18] tem tornado a falar sobre gênero como uma necessidade profissional, ética e epistemológica da ciência arqueológica como se delineia no Brasil.[19]

Friso: essa é uma interpretação possível. Outras pessoas (a maioria já citada anteriormente) produziram anteriormente diversas ideias sobre o que postulo aqui. Mas, de todo modo, entendo que as movimentações que guiam uma pluralidade de formas de fazer arqueologia levam a novos tensionamentos. Tais questões, desde as formas de representar, das temáticas a serem abordadas aos alinhamentos ético-políticos no fazer científico, são possíveis de serem problematizadas a partir do levantamento realizado. No tópico seguinte, apresento um possível caminho interpretativo, a partir de eventos e publicações, que auxilia a delinear minha discussão sobre gênero na arqueologia. Assim, darei enfoque a uma periodização/divisão temática sobre como tenho entendido a articulação entre gênero, sexualidade e arqueologia no Brasil, que tem como intuito responder parcialmente aos questionamentos levantados e ajudam a ilustrar um cenário mais amplo que torna possível (em parte) a produção das teses e dissertações apresentadas nessa seção.

Afinal, como se corporifica a Arqueologia no Brasil?

A seção anterior é construída de forma mais 'direta' propositalmente. Entendo que ali se deposita um aspecto importante do exercício que realizo aqui: um apontamento (im)preciso[20] sobre o que vem sendo produzido acerca de gênero na arqueologia brasileira. O segundo aspecto será desenvolvido agora, a partir de uma crítica transfeminista. Para isso, utilizarei certas divisões temáticas/analíticas para desvelar uma interpretação possível sobre como a

[18] Na seção a seguir, delinearei e descreverei a publicação de Dossiês Temáticos em periódicos importantes para o meu argumento,
[19] Essa tal necessidade está sendo colocada aqui como resultado de um processo multifacetado das frentes de enfrentamento às práticas masculinistas, misóginas, cisheterossexistas e racistas em que a Arqueologia se construiu. Eventos como as manifestações contra o assédio moral e sexual sofrido por arqueólogas e estudantes, ocorridas em 2016, no X Encontro da Regional Sul da Sociedade Brasileira de Arqueologia na cidade Pelotas/RS, são um exemplo.
[20] As condições do trabalho precisam ser explicitadas, já que se constitui como uma pesquisa extensa e em processo de realização.

Arqueologia interpreta gênero no Brasil. As três divisões são as seguintes: 1) Reinvenções do feminino na Arqueologia; 2) Crítica Feminista na Arqueologia; e 3) *Queerizando* a Arqueologia.

A ideia não é quantificar quantas dissertações e/ou teses se encaixam em cada uma dessas divisões, mas entender, em um primeiro momento, como essas *tradições*,[21] 'modelos' ou 'movimentos' constroem perspectivas sobre gênero e como essas publicações auxiliam a ilustrar uma interpretação realizada a partir de eventos e movimentos na arqueologia brasileira. Os movimentos são constantes e não se constituem em uma linha do tempo sucessória, mas estão aliados a modos de compreender arqueologia na contemporaneidade em sua multiplicidade de sujeitos e direcionamentos. Talvez, esteja me aproximando de uma *ótica de eventos* para delimitar essas temáticas, mas a aproximação se justifica no entendimento de que ela pode ser vista como uma virada interpretativa que produz verdades, processos, ideias e fugas.

Ao apontar para as *Reinvenções do feminino na Arqueologia*, procuro discorrer sobre um movimento já tradicional na arqueologia brasileira e que pode ser aliado ao trabalho, já citado, de Lima (1997): pesquisas arqueológicas que focam interpretações que colocam o *feminino* como categoria central de análise. Inclusive, é necessário apontar que esses trabalhos são mais presentes e representativos, por exemplo, nas teses e dissertações defendidas anteriormente a 2015.

Mas o que é o *feminino*? Utilizo esse termo, aqui, como um caracterizador de um tipo de olhar para gênero como um aspecto essencialmente binário e que discute parte de um problema mais constante. Como aponta Fraga (2017), há uma característica intrigante sobre como gênero é trabalhado na arqueologia:

> [...] os trabalhos de Arqueologia pré-colonial demonstraram maior explicitação de conceitos no desenvolvimento de uma Arqueologia de Gênero e apresentaram um embasamento específico para as pesquisas. Enquanto, por outro lado, os trabalhos de Arqueologia Histórica pareceram reproduzir certas premissas sexistas e um paradigma classista, ao abordar questões relativas somente às experiências das mulheres brancas pertencentes às classes abastadas ao trabalhar com Gênero, sem o devido referencial nas teorias de Gênero e Feministas (Fraga, 2017, p. 59).

Para Laura Pereira Furquim e Camila Pereira Jácome (2019), e reafirmado por Fraga (2020), como também apontado por Hartemann (2019) e Ribeiro *et al.* (2017), o olhar para os sujeitos que produzem ciência é essencial para compreendermos que tipo de conhecimento vem sendo produzido e a partir de qual posicionalidade se atribuem determinadas interpretações. Nessa perspectiva, ao reinventar o feminino, tais pesquisas direcionam seus esforços em entender, a partir de óticas binárias, algumas configurações sociais. Assim, as mulheres (*cis*) passam a ter espaço no registro e se tornam personagens de um 'novo' passado. Entretanto, as bases do dismorfismo sexual continuam homogeneizando e caracterizando aquilo tido como dissidente enquanto marginal (Anzini, 2021b; 2021c; Lucas Oliveira, 2021).

Os moldes em que se constituem os mundos femininos do "chá e da simpatia", por exemplo, são construídos a partir do trabalho de Lima (1997), e participarão de uma construção centrada em dinâmicas específicas sobre quem pode falar e sobre qual tipo de história é possível de ser pensada. Falo de pesquisas que se preocupam com a domesticidade e com a cotidianidade de mulheres, muitas vezes, sem questionar a categoria enquanto socialmente produzida e anacrônica em determinados momentos, já que não apenas em sociedades não ocidentais as categorias de gênero são mais cambiantes do que aquelas delimitadas a partir dos preceitos biomédicos moderno-ocidentais. Assim, o que Sandy Stone (2023) coloca se torna uma verdade novamente: uma história da ideia de transgeneridade a partir de um saber biomédico e científico seria a única possibilidade de existência, já que, ao naturalizar o *feminino*, essas interpretações colocam uma lógica binária como naturalmente posta.

Com isso em mente, é importante salientar um movimento que chacoalha determinados preceitos. Em 2017, foi publicado, na *Revista de Arqueologia*, editada pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB), o dossiê *Arqueologia e Crítica Feminista*, sob organização de Ribeiro (2017). Esse momento é apontado por Furquim e Jacomé (2019) como importante para uma posterior produção mais contundente sobre olhares normativos de gênero e sexualidade. Tal empreitada tem ramificações importantes para o meu olhar e análise.

Sem dúvidas, a sistematização de um número temático sobre gênero a partir da crítica feminista, com o seu caráter político exposto de forma contundente, auxilia um movimento secundário na arqueologia brasileira, relacionado às perspectivas *queer*, mas que, a meu ver, são propostas diferentes. Explico o porquê: apesar de essa crítica ser construída de forma a não excluir pessoas trans e travestis, ou mesmo fugir das óticas binárias de gênero e sexualidade, ela está aliada a um outro caráter de problematização – a centralidade em mulheres *cis*. Digo

[21] Em diversos pontos desse artigo utilizo expressões do jargão arqueológico para definir algumas das minhas investidas de forma proposital. Entendo que dessa subversão se aponta a incompletude desses termos, porque quando inseridos em um contexto não usual causam estranheza. E a questão que fica é: não seria importante que fossem "estranhados" em seus contextos de uso geral?

Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 34(3): e111945
DOI: 10.1590/1806-9584-2026v34n3111945

isso pois aqueles trabalhos e pessoas pesquisadoras que estão pensando, enquanto sujeitos de pesquisa, as ditas dissidências caracterizam suas pesquisas enquanto aliadas a uma política *queer*. Isso quer nos dizer sobre um tipo de filiação teórica e prática e de política das representações que coloca uma discussão mais LGBTQIA+ para um dos lados e a da Crítica Feminista para outro. Sem dúvida, essa divisão não é estanque e se situa em alguns cenários, uma vez que as alianças entre essas duas perspectivas são constantes.

Para continuar essa contextualização de por onde estou pensando, quero inserir um pensamento em aberto: será que existem diferenças entre a forma como são encaradas pesquisas feministas e pesquisas feministas *queer* por uma comunidade arqueológica em vias de expansão? Quantas pessoas trans e travestis são utilizadas como referências, hoje, na arqueologia brasileira? Minha ideia não é propor um confronto, já que entendo a importância da crítica feminista cisgênera dentro da arqueologia, mas discorrer acerca das diferenças para a constituição de uma política de alianças menos esvaziada e cada vez mais corporificada. Os problemas não são os mesmos; têm um plano de fundo similar, mas não são materializados do mesmo modo.

Dito isso, retorno para essa *tradição* que pode ser pensada a partir de Ribeiro, que entende que a "[...] a crítica Feminista da ciência é um instrumento de apoio no desaprendizado da concepção moderna que determina o sujeito do conhecimento como neutro, soberano e masculino" (Ribeiro, 2017, p. 212). A variedade de pesquisas que compõem esse feixe interpretativo está implicada com uma demarcação mais incisiva sobre o caráter político de sua existência. Trata de uma diversidade de temáticas como Ditadura Militar (Jocyane Ricelly Baretta, 2020; 2015), Trabalho Sexual (Costa, 2020; Costa; Louise Prado Alfonso, 2021), Violência de Gênero (Lopes, 2023) e Musealização (Camila Azevedo de Moraes Wichers, 2019), para citar algumas pesquisas.

Para trazer uma outra história dos eventos, gostaria de pontuar dois, em específico, que coincidem, inclusive, com a minha entrada nessas discussões sobre gênero, sexualidade e arqueologia. Em 2017, a *IX Reunião de Teoria Arqueológica da América do Sul* (TAAS)[22] lançou sua primeira circular dando ênfase na temática do encontro como voltada às discussões sobre comunidades locais, gênero e sexualidade. Nesse documento também havia a chamada para submissões de apresentação, que poderiam se encaixar em alguns eixos de discussão. Alguns deles me interessam: "Gêneros e Sexualidade"; "Pós-colonialidade, Descolonialidade e Epistemes Alternativas na Prática da Teoria Arqueológica"; "Subjetividades Transgêneras e o Passado"; "O Passado Estranho: Exclusões, Repressões e Identidades".

Após a realização do evento, em seguimento da publicação do Dossiê sobre Crítica Feminista na Revista da SAB,[23] uma série de movimentações aconteceram. Furquim e Jacomé (2019) tratam dessa temática já em uma das publicações influenciadas por esse momento: o Número temático *Arqueologia Queer*, editado por Frederic Mario Caires Pouget e Aline Vieira de Carvalho (2019). Essas repercussões, no entanto, apesar de levarem (aos poucos) uma multiplicidade no olhar acerca de quem faz e sobre como se faz arqueologia, geraram, também, repostas contrárias. Burburinhos nos corredores das universidades, pesquisas sendo apontadas como "muito pós-processuais"[24] ou mesmo comentários em sala de aula (e outros espaços) sobre a violência de uma 'separação' entre pessoas LGBTQIA+ e cisheterossexuais.

Como apontei, Furquim e Jacomé (2019) iniciaram uma certa periodização desse movimento que surgiu com o IX TAAS, mas eu gostaria de ir um pouco além. Sem dúvidas, não foi o TAAS de 2018 que introduziu essa discussão na arqueologia. Os trabalhos de Thomas Dowson (2000; 2009) e Voss (2000; 2009) já demonstram que essa discussão está presente na arqueologia quase 20 anos antes. O que me parece instigante é como esse momento se torna essencial para a articulação de uma política de insistência, situada na remodelação de um paradigma cristalizado de teorias sobre o passado na Arqueologia Brasileira. Indico que, nesse momento, em um contexto marcado pelo levante do que hoje entendemos como extrema direita, mas ainda sim acompanhada da pluralização dos espaços universitários (naquele momento começando a regredir), corporalidades e epistemes outras passam a se digladiar com uma concepção de ciência e de arqueologia branca, cisgênera e essencialmente sulista e sudestina no Brasil.[25] Alguns olhares para o levantamento na seção anterior auxiliam a pensar essas questões, desde a concentração temporal de pesquisas, como também geográfica.

A partir desse momento, é perceptível a constituição dessa terceira *tradição* ou camada de um perfil estratigráfico,[26] quando autorias e pesquisas passam a demarcar esse sujeito *queer* tanto como fazedor de ciência, quanto sujeito das narrativas arqueológicas. A organização de

[22] Essa edição do TAAS aconteceu no ano de 2018, na cidade de Ibarra, no Equador.
[23] Como costumeiramente nos referimos ao periódico editado pela Sociedade de Arqueologia Brasileira (SAB).
[24] Estou me referindo a uma separação do que seriam as três grandes teorias dentro da arqueologia, sendo o Pós-processualismo considerada a mais aberta para temáticas como as de gênero e sexualidade a partir de uma perspectiva da crítica queer.
[25] Esse é um aspecto ainda em construção, mas que revela um certo incômodo sobre os lugares produtores de conhecimento e uma forma de colonização dos estados do Sul e Sudeste em relação ao Norte e Nordeste do país.
[26] Outro termo 'mais arqueológico', um perfil estratigráfico é uma forma de representação visual das camadas de solo. Ferramenta essa muito utilizada durante escavações.

dois dossiês são marcos relevantes: o comentado Dossiê de *Arqueologia Queer* (o primeiro e único realizado no Brasil até o presente momento) e o Dossiê *Arqueologia, Patrimônio e Gênero: provocações feministas*, organizado por Wichers e Letticia Batista Rodrigues Leite (2021), ambos na *Revista Arqueologia Pública*, da Unicamp.

Esse dossiê e Número temático, como também eventos realizados em diferentes congressos e regiões, inseriram para um debate mais amplo uma série de pesquisas que davam outros olhares para temas tradicionais da Arqueologia. Nesse momento, pessoas pesquisadoras começam a ser conhecidas por trabalharem com essas temáticas e, ainda que poucas, pessoas trans e travestis passam a ter um espaço mínimo nesse quinhão. Pensar esse processo de *queerizar* a ciência arqueológica é importante porque demarca uma série de trabalhos (que, anteriormente, não foram citados nesse texto), como os de Áureo Rosa da Silva (2021), Mario Junior Polo e Lúcio Flávio Siqueira Costa Leite (2019), Soraya Martins de Alencar (2019), Maurício André da Silva (2019), Wichers (2019), Danusa Vieira Freire da Silva (2021) e Manuela Tuerlinckx Costa Valle (2022), em conjunto à série de textos de pesquisadories trans e travestis já citados, que introduzem na Arqueologia brasileira discussões que já vinham acontecendo em outras áreas.

A Arqueologia passa a descobrir pessoas que produzem teorias *queer* e a incorporar em suas publicações Paul Preciado, Judith Butler, Guacira Lopes Louro, entre outras pessoas, além das descobertas na própria área do conhecimento, como Thomas Dawson e Barbara Voss. Ainda, destaco a importância da 'descoberta' do artigo de Fabiano Gontijo e Denise Schaan (2017), que traz uma diversidade de apontamentos sobre como *queerizar* a antropologia e a arqueologia brasileiras e se torna um dos textos mais citados por essa leva de pessoas pesquisadoras. Uma certa corrida à procura da instrumentalização, dentro da própria arqueologia com referenciais e pesquisas já realizadas, se inicia. Mas para onde isso tudo leva?

Em linhas gerais, todo esse processo leva a questões centrais sobre como gênero vem sendo pensado arqueologicamente, se assim posso dizer. O levantamento de teses e dissertações e alguns olhares produzidos a partir dele revelam que há um possível adensamento, em curso, de pesquisas sobre gênero (e seu binômio, sexualidade) na arqueologia produzida no Brasil. A partir das teses e dissertações, foi possível inferir que há uma maior concentração de produções nos últimos (5) cinco anos, como também em PPGs sediados no eixo Sul-Sudeste e na região Nordeste. Os eventos apresentados nesse tópico auxiliam a responder os porquês dessas configurações, como o surgimento de textos e movimentos fulcrais para cada uma dessas *tradições* que reverberam na produção acadêmica. Assim, é perceptível que uma presença de temáticas *queer* está aliada, temporalmente, aos Dossiês na *Revista de Arqueologia Pública*. As características ligadas à diversidade regional interessam também, já que o surgimento de perspectivas mais *queerizadas* acompanha o surgimento de novos referenciais, como, por exemplo, Gabby Hartemann, Violet Baudelaire e Shay Anzini (pessoas pesquisadoras de universidades no eixo Sul-Sudeste).[27]

Considerações finais (muito mais provisórias)

Essa é uma história em construção, porém, as *tradições* e divisões que estou descrevendo auxiliam a pensar como essas discussões vêm se constituindo, em um campo de publicações, e também de um questionamento sobre as formas de acesso aos espaços e posicionalidades. O lugar de pessoas trans e travestis na arqueologia passa por onde? As teorias de gênero na Arqueologia, em especial brasileira, têm se desenvolvido a partir de uma tradição que incorpora aos poucos os debates de uma teoria social mais ampla. A crítica feminista tem tensionado conceitos preconcebidos sobre o passado e sua relação com gênero e sexualidade. Mas, mesmo nesse processo, as lacunas são presentes e aqui procurei apresentá-las.

Nesse artigo, busquei indicar, a partir de uma pesquisa em andamento, como se articula uma discussão de gênero na Arqueologia brasileira, tendo como enfoque um olhar transfeminista. Minha argumentação segue uma linha específica: como repensar as representações de pessoas trans e travestis na arqueologia. A resposta para isso se dá em um entendimento mais evidente sobre como, ou não, categorias como *transgeneridade*, *cisgeneridade* e *mulheridades* vêm sendo pensadas nesse campo do conhecimento, a partir do que é produzido por uma comunidade de pessoas da arqueologia.

Meu olhar é muito parcial e tem se direcionado para uma análise mais ampla acerca de uma política das representações que perpassa tanto a participação de pessoas pesquisadoras trans e travestis quanto a presença de narrativas sobre o passado menos normativas. Para isso, o levantamento realizado, que utilizo para ilustrar meu argumento, evidenciou 34 teses e dissertações publicadas no Brasil que apresentam as temáticas de gênero e arqueologia como

[27] Aqui, há uma contradição interessante, já que, apesar de esses nomes serem considerados referências na temática no Brasil, seus trabalhos não entraram no levantamento de teses e dissertações. Recentemente, durante o processo de escrita desse artigo, Violet Anzini defendeu sua dissertação de Mestrado em Arqueologia, no Museu Nacional da UFRJ, abordando as representações iconográficas sobre gênero na cerâmica marajoara.

centrais. Para olhar esse material e buscando interpretar as dinâmicas presentes no texto, além de fazer uma discussão sobre um método transfeminista de arqueologia, procurei explicitar o que seriam as três divisões acerca de gênero e sexualidade que guiam minhas reflexões.

Ao compreender que, por muito tempo, e ainda hoje, as narrativas sobre o *feminino* na Arqueologia situavam apenas uma ótica branca, classista, cisgênera e heterossexual como cenário da vida de mulheres, pude perceber uma perspectiva centrada na especificidade da forma de produzir conhecimento como, também, naquilo que diferentes autorias (Fraga, 2017; Furquim; Jacomé, 2019) vão apontar, um descolamento da prática e teoria feminista. Assim, as *reinvenções do feminino* contrastam com os trabalhos produzidos por uma 'segunda leva' de olhares da crítica feminista na arqueologia que buscaram escancarar as assimetrias de formas mais evidentes, repensar o próprio passado colonial da arqueologia e as reverberações da colonialidade em nossas interpretações (Ribeiro, 2017).

Ao *Queerizar a Arqueologia*, uma leva de pessoas pesquisadoras direciona seus trabalhos e posicionamentos em aliança à Crítica Feminista, mas levantando diferenças. Essas mudanças de filiação estão ligadas a quais sujeitos passam a produzir conhecimento e também a uma discussão sobre como essas temáticas chegam ao campo da arqueologia. Assim, mesmo que a Crítica Feminista se preocupe com as normatividades e binaridades, ainda parece haver uma diferença a ser investigada sobre como essa disparidade de olhar tem aberto cisões, mas também proposto uma política de alianças.

Em linhas gerais, esse artigo teve como fio condutor incômodos gerados pelo estar na Arqueologia, mas também com as formas de produzir ciência ligadas a diferentes áreas do conhecimento e a presença de pessoas trans e travestis em um campo de disputas acirrado acerca de quem pode discutir gênero (Brume Dezembro Ilazzetti; Rubens Mascarenhas Neto, 2024). Assim, mais do que indicar uma periodização das teorias de gênero, quis indicar como podemos ler essas dinâmicas a partir das frestas e tensionamentos presentes nas relações produzidas pelas teorias transfeministas já presentes na arqueologia.

Referências

ALENCAR, Soraya Martins de. "Gênero e gerações". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 238-254, 2019.

ANZALDÚA, Gloria. "Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo". Tradução de Édina de Marco. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ANZINI, Violet Baudelaire. "Gêneros perdidos: por uma arqueologia transfeminista". *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 9, n. 1, p. 345-369, 2021a.

ANZINI, Violet Baudelaire. "Os impasses da bioarqueologia: o dimorfismo sexual sob uma crítica transfeminista". *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 1, p. 129-144, 2021b.

ANZINI, Violet Baudelaire. *A Queda do Falo: Arqueologia do cotidiano de travestis e mulheres trans*. Porto Alegre: Clube dos Autores, 2021c.

ASSIS, Cauê de Moura. "E não posso ser um transfeminista?". *Revista Estudos Transviades*, v. 2, n. 4, 2021. Disponível em https://revistaestudostransviades.wordpress.com/. Acesso em 25/04/2024.

BAGAGLI, Beatriz Pagliarini. "Máquinas discursivas, ciborgues e transfeminismo". *Revista Gênero*, v. 14, n. 1, p. 11-27, 2013.

BANDEIRA, Arkley Marques. "A teoria Queer em uma perspectiva brasileira : escritos para tempos de incertezas". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 34-53, 2019.

BARETTA, Jocyane Ricelly. *Arqueologia e a construção de memórias materiais da Ditadura Militar em Porto Alegre (1964/1985)*. 2015. Mestrado em História – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

BARETTA, Jocyane Ricelly. *Uma arqueologia do inferno: misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985)*. 2020. Doutorado em Antropologia – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

BATTLE-BAPTISTE, Whitney. *Black Feminist archaeology*. London: Routledge, 2016.

BILHALVA, Liza; BONOW RODRIGUES, Marta. "Artefatos como suportes de memória na construção da masculinidade no pampa sul-riograndense". *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 5, n. 2, p. 113, 2018.

BRAH, Avtar. "Diferença, diversidade, diferenciação". *Cadernos Pagu*, n. 26, p. 329-376, 2006.

CARVALHO, Patrícia Marinho de. *Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão – Vila Bela/MT*. 2018. Doutorado em Arqueologia – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

CARVALHO, Patrícia Marinho; BASTOS, Rossano Lopes. "Sítio arqueológico do Quilombo Saracura: A insurgência do movimento negro pelo direito à memória na cidade de São Paulo". *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 81-101, 2024.

COACCI, Thiago. "Encontrando o transfeminismo brasileiro: um mapeamento preliminar de uma corrente em ascensão". *História Agora*, São Paulo, n. 15, p. 134-161, 2014.

COACCI, Thiago. *Conhecimento precário e conhecimento contra-público: a coprodução dos conhecimentos e dos movimentos sociais de pessoas trans no Brasil*. 2018. Doutorado em Ciência Política – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG, Brasil.

CODEVILLA SOARES, Fernanda; AMORIM, Clarice Linhales de; PENA, Will Lucas Silva. "Um fio de fumaça nos mares do sul: cachimbos de caulim e masculinidades nas Ilhas Shetland do Sul (séculos XVIII e XIX)". *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 1, p. 129-159, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. "Epistemologia feminista negra". *In*: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgs.). *Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 139-170.

COSTA, Vanessa Avila; ALFONSO, Louise Prado. "A musealização da arqueologia pela perspectiva do putafeminismo: materialidades e narrativas de trabalhadoras sexuais em uma exposição na cidade de Pelotas (RS)". *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 1, p. 145-165, 2021.

COSTA, Vanessa Avila. *As manifestações das paisagens ocultadas: arqueologia da Pelotas de Trabalhadoras Sexuais*. 2020. Mestrado em Antropologia – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

DOWSON, Thomas. "Queer Theory Meets Archaeology: disrupting epistemological privilege and heteronormativity in constructing the past". *In*: GIFFNEY, Noreen; O'ROURKE, Michael (Orgs.). *The Ashgate Research Companion to Queer Theory*. Abingdon: Taylor Francis, 2009. p. 277-294.

DOWSON, Thomas. "Why queer archaeology? An introduction". *World Archaeology*, v. 32, n. 2, p. 161-165, 2000.

FRAGA, Natalia de Oliveira. "Arqueologia da caixinha: considerações sobre a Arqueologia de Gênero no Brasil". *Arche: Revista Discente de Arqueologia*, Rio Grande, v. 1, n. 1, p. 49-66, 2020.

FRAGA, Natalia de Oliveira. *Arqueologia da Caixinha: considerações sobre a Arqueologia de Gênero no Brasil*. 2019. Bacharelado em Arqueologia – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, RS, Brasil.

FRAGA, Natalia de Oliveira. *Na verdade, a realidade é muito mais confusa do que as dicotomias nos fazem supor: estudo sobre a arqueologia feminista e de gênero no Brasil*. 2024. Mestrado em Antropologia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

FURQUIM, Laura Pereira; JÁCOME, Camila Pereira. "Teorias de gênero e feminismos na arqueologia brasileira". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 255-279, 2019.

GASPAR, Meliam Viganó; CAROMANO, Caroline Fernandes; PEREIRA, Ester Ribeiro; BRANDÃO, Kelly; BELLETTI, Jaqueline; FREITAS, Aline; PASSOS, Lara de Paula; LIMA, Márjorie do Nascimento; TAMANAHA, Eduardo Kazuo; CASCON, Leandro Matthews; BIANCHINI, Gina Faraco; CABRAL, Mariana Petry; WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; BEZERRA, Marcia. "Quem somos nós? Ou perfis da comunidade profissional arqueológica no Brasil: primeiras aproximações". *Revista Habitus – Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 18, n. 1, p. 146, 2020.

GOMES, Khala Anderson de Oliveira; TAVARES, Natália de Oliveira; SOUZA, Newan Acacio Oliveira de [ACACIO, Nina]. "Arqueologia e teoria queer: por uma arqueologia transviada". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 280-299, 2019.

GONTIJO, Fabiano de S.; SCHAAN, Denise P. "Sexualidade e Teoria Queer: apontamentos para a Arqueologia e para a Antropologia Brasileiras". *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 51-70, 2017. DOI: 10.24885/sab.v20i2.544. Disponível em https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/544.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Adara de Souza. *Extra! Extra! Um negro foi/é encontrado morto em Pelotas: contribuições arqueológicas para a luta antirracista no contexto pelotense*. 2021. Mestrado em Antropologia – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

HARTEMANN, Gabby. "Nem ela, nem ele: por uma arqueologia (trans*) além do binário". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 99-115, 2019.

hooks, bell. *Teoria feminista: da margem ao centro*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IAZZETTI, Brume Dezembro; MASCARENHAS NETO, Rubens. "Do 'Cisminário Queer' ao 'Caso Miskolci': traçando controvérsias". *Revista Anômalas*, v. 4, n. 1, p. 7-23, 2024.

JESUS, Jaqueline Gomes de (Org.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. 1 ed. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014.

KAAS, Hailey. "Birth of Transfeminism in Brazil: Between Alliances and Backlashes". *Transgender Studies Quartely*, v. 3, n. 1-2, p. 146-149, 2016.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LIMA, Tânia Andrade. "Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista". *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 5, n. 1, p. 93-129, 1997.

LOPES, Marina da Fonseca. *Se o GPS falasse... Reflexões sobre violências de gênero nos espaços de formação e trabalho das arqueólogas brasileiras*. 2023. Mestrado em Antropologia – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

LUCAS, Gavin. "Modern Disturbances: On the Ambiguities of Archaeology". *Modernism/modernity*, v. 11, n. 1, p. 109-120, 2004.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NASCIMENTO, Silvana de Souza. "Epistemologias transfeministas negras: perspectivas e desafios para mulheridades múltiplas". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 77, p. 548-573, 2022.

NOVAES, Luciana Castro de Nunes. *A borda do mar como um lugar cultural: arqueologia de Praias e a dialética étnico-marítima do patrimônio imaterial no sítio da Preguiça, Salvador/Bahia*. 2017. Doutorado em Arqueologia – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, SE, Brasil.

OLIVEIRA, Lucas. "Para além dos binarismos de gênero: reflexões para a arqueologia". *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 1, p. 111-128, 2021.

PASSOS, Lara de Paula. "Gotas de um oceano: uma análise bibliométrica feminista de um curso de graduação". *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, p. 130-144, 2017a.

PASSOS, Lara de Paula. *Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico*. 2019. Mestrado em Antropologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG, Brasil.

PASSOS, Lara de Paula. *Da beira ao fundo: uma análise bibliométrica feminista da arqueologia brasileira a partir de dois estudos de caso*. 2017b. Bacharelado em Antropologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Belo Horizonte, Belo Horizonte, MG, Brasil.

PASSOS, Maria Clara Araújo dos. *Pedagogias das travestilidades*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022.

PATOU-MATHIS, Marylène. *O homem pré-histórico também era uma mulher*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

PEÇANHA, Leonardo Morjan Britto; MONTEIRO, Anne Alencar; JESUS, Jaqueline Gomes de. "Transfeminismo das transmasculinidades: Diálogos sobre direitos sexuais e reprodutivos de homens trans brasileiros". *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, v. 6, n. 19, p. 90-104, 2023.

PFEIL, Bruno Latini; MILANSKI, Benì; PUSTILNICK, Nicolas. "Seria eu um Homem?: investigações decoloniais sobre os percalços das transmasculinidades nos feminismos". *Revista Anômalas*, v. 4, n. 1, p. 120-141, 2024. Disponível em https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74713/39240. Acesso em 05/05/2024.

PFEIL, Cello Latini. "Sobre um transfeminismo libertário". *Revista Anômalas*, v. 4, n. 1, p. 142-160, 2024. Disponível em https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/ra/article/view/74699/39241. Acesso em 05/05/2024.

POLO, Mario Junior; LEITE, Lúcio Flávio Siqueira Costa. "Os sapatos de Scarlett: o corpo na Arqueologia Amazônica, e os caminhos desenhados por uma posicionalidade Queer". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 180-198, 2019.

POUGET, Frederic Mario Caires; CARVALHO, Aline Vieira de. "Editorial: arqueologia queer". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], 2019.

RADANE, Lívia. "Transgredindo arqueologias: Narrativas outras como práticas libertadoras". *Revista de Arqueologia*, v. 37, n. 2, p. 44-57, 2024.

REIS, José Alberione dos. *"Não pensa, muito que dói": um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira*. Porto Alegre: Editora da PUCRS, 2010.

RIBEIRO, Loredana. "Dossiê Arqueologia e Crítica Feminista no Brasil: uma apresentação". *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 2, 2017.

RIBEIRO, Loredana; FORMADO, Bruno Sanches Ranzani da Silva; SCHIMIDT, Sarah; PASSOS, Lara. "A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico". *Revista Estudos Feministas*, v. 25, n. 3, p. 1093-1110, 2017.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos; GOULART, Fábio Ortiz. "O falo nos espaços públicos de Rio Grande, RS, Brasil: falocentrismo e a masculinidade hegemônica". *Revista de Arqueologia*, v. 34, n. 1, p. 45-70, 2021.

RODRIGUEZ, Shay de los Santos. "Porque o homem é mais homem que o homem: Coisas do cotidiano e do prazer sexual para além da heteronormatividade". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 116-134, 2019.

RUBIN, Gayle. *Políticas do sexo*. São Paulo: Ubu, 2017.

SILVA, Adriana Fraga da; TONELLI, Lindaiara Virgulino. "Sobre coisas, espaços e procedimentos do parir/nascer no mundo contemporâneo: contribuições de um olhar arqueológico". *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, v. 17, n. 2, p. 247-272, 2023.

SILVA, Adriana Fraga da. "Infância, gênero e brinquedos: reflexões sobre a construção da domesticidade feminina através das coisas contemporâneas de brincar". *Revista de Arqueologia*, v. 31, n. 2, p. 176-196, 2018.

SILVA, Adriana Fraga da. "Olhares sobre crianças e infâncias na Arqueologia: uma breve aproximação". *História Unisinos*, v. 24, n. 3, p. 343-350, 2020.

SILVA, Áureo Rosa da. "Territorialidade queer: território e corpo no centro de Goiânia". *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 1, p. 166-184, 2021.

SILVA, Danusa Vieira Freire da. *Pessoas e plantas em um mundo de pontas: uma crítica feminista e decolonial aos estudos de povoamento inicial das américas*. 2021. Mestrado em Antropologia – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

SILVA, Maurício André da. "Diálogos orientados/desorientados pela teoria queer: por uma prática educativa para além da norma no âmbito da arqueologia". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 218-237, 2019.

SILVA, Yasmin Acosta. *A Praça Tamandaré é um território negro: por uma Arqueologia de manifestos antirracistas em Rio Grande/RS*. 2021. Mestrado em Antropologia – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

STONE, Sandy. "O Império contra-ataca: um manifesto pós-transexual". *Revista Periódicus*, [S.l.], v. 2, n. 19, p. 254-277, 2023.

THIESEN, Beatriz Valladão; POUGUET, Martial. "Nem Tempo, nem Método. Nem História, nem Antropologia. O que é Arqueologia?". *Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia*, v. 6, n. 1, p. 13, 2018.

TRAMASOLI, Felipe Benites. "Quem faz Arqueologia abre uma janela". *Oficina do Historiador*, v. 13, n. 1, p. 36634, 2020.

TRAMASOLI, Felipe Benites. *Arqueologia em Suspensão: uma crítica à Cultura Material*. 2024. Doutorado em História – Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

VALLE, Manuela Tuerlinckx Costa. *Ciclo de vida no contexto sambaquieiro: um estudo de caso feminista e queer*. 2022. Mestrado em Antropologia – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, RS, Brasil.

VOSS, Barbara. *Archaeologies of sexuality*. New York: Routledge, 2000.

VOSS, Barbara. "Looking for gender, finding sexuality: a queer politic of archaeology, fifteen years later". *In*: TERENDY, Susan; LYONS, Natasha; JANSE-SMEKAL, Michelle (Orgs.). *Que(e)rying Archaeology: Proceedings of the 37th Annual Chacmool Archaeological Conference*. Calgary: The Archaeological Association of the University of Calgary, 2009. p. 29-39.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. "Arqueologia, museus e identidade cultural: tensionamentos queer". *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1[22], p. 199-2017, 2019.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes; LEITE, Letticia Batista Rodrigues. "Editorial". *Revista Arqueologia Pública*, v. 16, n. 1, 2021. (Dossiê Arqueologia, Patrimônio e Gênero: provocações feministas)

Nina Acacio (ninacacio@outlook.com) é travesti, amapaense, bacharela em Arqueologia (Universidade Federal do Rio Grande), mestra (Universidade Federal de Santa Catarina) e doutoranda (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) em Antropologia Social. Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Dinâmicas Urbanas e Patrimônio Cultural (NAUI/Universidade Federal de Santa Catarina), à Rede de Estudos Trans-Travestis e ao Coletivo de Educação Popular TransENEM POA. Realiza pesquisa nas áreas de Antropologia e Arqueologia em temáticas como Patrimônio, Gênero, Sexualidades, Dinâmicas Urbanas e Econômicas.

COMO CITAR ESTE ARTIGO DE ACORDO COM AS NORMAS DA REVISTA

ACACIO, Nina. "Sobre arqueologia e gênero: perspectivas transfeministas". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 34, n. 3, e111945, 2026.

CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

Os dados de pesquisa estão disponíveis no corpo do documento.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Este artigo está licenciado sob a Licença Creative Commons CC-BY 4.0 International. Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

HISTÓRICO

Recebido em 07/04/2026
Aceito em 14/04/2026

EDITORA RESPONSÁVEL

Cristina Scheibe Wolff 0000-0002-7315-1112

EDITORA CIENTÍFICA

Gabrielle Weber 0000-0001-6173-8859